



Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE

REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE OUTORGA DO DAEE

Mudanças de CONCEITOS.

Quebras de PARADIGMAS.

**Preparando o caminho para a OUTORGA
ELETRÔNICA.**



A MUDANÇA DE CONCEITOS



Hoje:

- A Outorga de Implantação de Empreendimento, considera que as obras são os empreendimentos;
- O usuário deve elaborar e apresentar todos os estudos e projetos;
- Devem ser verificados todos os cálculos e indefere-se o pedido se eles não estiverem corretos;
- Para a outorga faz-se a análise do projeto hidráulico das obras;
- Todos os atos são do Superintendente;
- Excessiva regulação para as obras (regulação das interferências) em detrimento dos recursos hídricos (gestão dos usos).

Mudança proposta:

- Haverá manifestação sobre a concepção dos usos e interferências decorrentes do empreendimento;
- O usuário deve informar somente como utilizará os recursos hídricos, guardando todos os estudos e projetos;
- Avaliação das interferências na disponibilidade hídrica e nos usos a jusante;
- A responsabilidade do projeto e das obras é do usuário e seu resp. técnico;
- Os atos devem ser descentralizados, cabendo ao Superintendente, as outorgas;
- Foco na gestão dos usos/interferências e na garantia da disponibilidade hídrica;



AS QUEBRAS DE PARADIGMAS

Hoje:

- O DAEE deve verificar se as obras foram corretamente projetadas;
- O DAEE deve realizar trabalhos de proteção ambiental, principalmente quanto a águas subterrâneas;
- O DAEE deve verificar a potabilidade de águas subterrâneas usadas para consumo humano;
- O DAEE deve manter banco de dados para permitir pesquisas;
- Todos os usos e interferências, com algumas exceções, devem ser outorgados.



Mudança proposta:

- O usuário é responsável pelas obras, junto com seu responsável técnico;
- O DAEE deve analisar o que acontecerá com os corpos hídricos, em decorrência dos usos e interferências requeridos;
- O DAEE considerará as restrições ambientais ditadas pelos órgãos ambientais, incluindo o enquadramento dos corpos hídricos;
- O DAEE considerará as restrições decorrentes dos aspectos de potabilidade, advindos da vigilância sanitária;
- O DAEE irá monitorar as captações e os corpos hídricos e deverá conhecer a dinâmica nas bacias e FISCALIZAR;
- Ampliar os usos dispensados de outorga.

A CAMINHO DA OUTORGA ELETRÔNICA

Simplificação:

- Os dados solicitados ao requerente correspondem ao uso (captação ou lançamento) ou à interferência (barragem, canalização ou travessia) além de alguns dados pessoais;
- Não mais serão pedidos documentos sobre posse de áreas; projetos de obras civis e estruturas hidráulicas; dados de responsável técnico com suas ARTs; análises de água de poços;
- Nos requerimentos, o usuário declara possuir e compromete-se a guardar (para quando requerido) inúmeros documentos que hoje são solicitados;
- A outorga fica condicionada ao cumprimento, pelo requerente, da legislação ambiental e sanitária;
- Informações sobre disponibilidade hídrica ($Q_{7,10}$, vazão regularizada, balanço hídrico, enquadramento etc.) e restrições aos usos (CETESB, DNPM, CVS etc.) solicitadas aos usuários passarão a ser verificadas pelo DAEE, durante a análise do pedido.

podemos simplificar $\frac{16}{24} = \frac{4}{6} = \frac{2}{3}$ irreduzível



A CAMINHO DA OUTORGA ELETRÔNICA

Monitoramento e Fiscalização:

- O usuário fica obrigado a instalar medidor de vazão/volumes captados e deverá declarar os dados medidos por meio de sistema na internet que o DAEE disponibilizará;
- Regulamento do DAEE estabelecerá as condições de declaração, que poderão ser mensais, diárias ou *on line*, de acordo com critérios a serem estabelecidos (tipo de uso, volume/vazão utilizado, local do uso etc.);
- O foco da fiscalização será no uso e na interferência nos corpos hídricos;
- A declaração de valores captados passará a ser fiscalizada;
- A elaboração do boletim de infração ocorrerá no escritório, após a análise da situação, pelo fiscal.



A CAMINHO DA OUTORGA ELETRÔNICA

Descentralização e agilização:

- Diretores de Bacias do DAEE emitirão documentos: Declaração de Viabilidade de Implantação de Empreendimentos; Informes de Indeferimento e Dispensa de Outorga e Cadastro de usos e interferências;
- O Superintendente emitirá as Licenças de execução de poços e as Outorgas, em um único documento;
- Foram ampliadas as condições para dispensa de outorga;
- Com a outorga eletrônica será instituída a política do “papel zero”: toda entrada de documentos e tramitação interna no DAEE se processarão eletronicamente;
- Serão implantados sistemas eletrônicos para o balanço hídrico em cursos d’água, como elementos auxiliares de análise do DAEE;
- Será disponibilizado aplicativo para celular para envio das coordenadas do uso/interferência ao DAEE.





DÚVIDAS?



OBRIGADO PELA ATENÇÃO!

